



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas
(FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

Camilly Aparecida Araujo Correia

Principais assuntos de auditoria e os reflexos da crise do covid-19 nas empresas listadas no
IBRX 100

Brasília, DF
2023

Este trabalho foi elaborado utilizando APA

Camilly Aparecida Araujo Correia

Principais assuntos de auditoria e os reflexos da crise do covid-19 nas empresas listadas no
IBRX 100

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Departamento de Ciências
Contábeis e Atuariais da Faculdade de
Economia, Administração e Contabilidade da
Universidade de Brasília como requisito parcial
de obtenção do grau de Bacharel em Ciências
Contábeis.

Prof. Responsável:

Profª. Danielle Montenegro Salamone Nunes

Linha de pesquisa:

Contabilidade Financeira

Área:

Auditoria

Brasília, DF

2023

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen
Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Diêgo Madureira de Oliveira
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor José Márcio Carvalho
Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas

Professor Doutor Sérgio Ricardo Miranda Nazaré
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias

Professor Doutor Alex Laquis Resende
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Diurno

Professor Doutor Wagner Rodrigues dos Santos
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Noturno

Camilly Aparecida Araujo Correia

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA E OS REFLEXOS DA CRISE DO COVID-19
NAS EMPRESAS LISTADAS NO IBRX 100

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito parcial de obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Profa. Danielle Montenegro Salamone Nunes
Orientadora
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade Brasília (UnB)

Prof. XXXXX
Examinador
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade de Brasília (UnB) ou outra instituição

BRASÍLIA
2023

AGRADECIMENTOS

À Deus por ter me dado paciência e força para lidar com os momentos mais difíceis, agradeço por ter conseguido superar as dificuldades.

À minha família, Lecy, Lázaro e Bianca, expresse minha profunda gratidão. Seu apoio constante e incentivo motivaram-me a sempre dar o meu melhor e perseguir os meus sonhos.

Aos amigos do curso, agradeço pela paciência, companheirismo e pelas risadas que tornaram minha passagem pela faculdade mais leve e memorável.

À minha orientadora, professora Danielle Montenegro Salamone Nunes, deixo meu agradecimento especial. Sua ajuda e paciência ao longo deste trabalho foram essenciais para sua conclusão.

Por fim, estendo minha gratidão a todos os docentes que contribuíram para a minha jornada acadêmica. Obrigada por impulsionarem meu conhecimento, pela valiosa troca de experiências e por guiarem-me em direção ao caminho que agora escolho seguir.

RESUMO

Diante de um contexto marcado por incertezas e uma crise sem precedentes, a pandemia da COVID-19, iniciada em 2020, impactou a economia global, afetando, por conseguinte, diversos setores econômicos. Nesse cenário desafiador, o auditor independente assume um papel de destaque, garantindo maior confiança nas informações divulgadas pelas empresas por meio da apresentação de relatórios de auditoria, e principalmente a partir dos Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) divulgados. Assim, este estudo tem como objetivo analisar os PAAs divulgados nos relatórios do auditor independente das 100 empresas que integram o índice Brasil 100 (IBRX 100) da B3, referente aos exercícios de 2018 a 2022. O objetivo é verificar a evolução desses PAAs ao longo dos anos, levando em consideração variáveis como a firma de auditoria, o segmento econômico e o nível de governança corporativa. Ademais, busca-se identificar eventuais reflexos da pandemia nos reportes pelos auditores em seus relatórios. Dentre os resultados obtidos destaca-se que os assuntos mais frequentes durante os períodos estudados na amostra selecionada, foram recuperabilidade de ativos, reconhecimento de receita e contingências. Notou-se uma redução superior a 10% no número de reportes durante os anos de estudo, sendo as firmas de auditoria *big four* as menos proeminentes na divulgação de PAAs. Empresas classificadas nos níveis 1 e 2 de governança corporativa apresentaram uma média mais elevada de PAAs divulgados, enquanto os setores econômicos Financeiro e Telecomunicações destacaram-se pelo maior número de PAAs reportados pelos auditores. Quanto aos desdobramentos da pandemia, destaca-se, em 2020, o notável crescimento nos temas relacionados a benefícios pós-emprego, continuidade operacional e provisões para créditos de liquidação duvidosa. Esses aspectos demonstram a sensibilidade do cenário econômico às mudanças ocasionadas pela crise do Coronavírus, os quais foram evidenciados e divulgados pelos auditores independentes nos relatórios das companhias.

Palavras-chave: Principais Assuntos de Auditoria (PAA). Auditoria Independente. COVID-19.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Total de empresas por setor	18
Tabela 2 - Categorização PAAs	18
Tabela 3 - Quantidade média de PAAs por empresa	19
Tabela 4 - Frequência média de PAAs por empresa	20
Tabela 5 - Frequência média por assunto	21
Tabela 6 - Média de PAA por empresa de auditoria	23
Tabela 7 - Média de PAAs por nível de governança corporativa	24
Tabela 8 - Média de PAAs por setor econômico	25

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO	11
3 PROCEDER METODOLÓGICO	17
4 RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÃO	19
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	27

1 INTRODUÇÃO

No desempenho de sua responsabilidade em verificar a veracidade das informações contábeis divulgadas pelas empresas, a atuação dos auditores independentes é considerada crucial para o funcionamento eficiente dos mercados financeiros e de capitais. Isso se deve ao fato de que eles contribuem para criar um ambiente de maior confiança e credibilidade. A importância atribuída ao papel desses profissionais está diretamente relacionada à preocupação com a possibilidade de realização de auditorias de baixa qualidade, que poderiam aprovar demonstrações financeiras distorcidas, resultando em informações enganosas para os usuários. Historicamente, essa preocupação tem levado ao desenvolvimento de normas profissionais mais abrangentes, com o objetivo de definir de maneira mais clara as atividades dos auditores. Além disso, devido ao aumento da complexidade nos modelos de negócios e os riscos e incertezas envolvendo o mercado econômico, a divulgação financeira se tornou a principal ferramenta para atender as demandas dos usuários externos (Niyama, Costa, Dantas & Borges, 2011).

Diante de um cenário de incertezas econômicas, principalmente após a crise financeira ocorrida em 2008, os investidores passaram a requerer informações cada vez mais transparentes e confiáveis (Council, 2015). Por este motivo, o *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB) implementou alterações no relatório do auditor com o objetivo de torná-lo mais esclarecedor e eficaz para os participantes do mercado de capital (Rocha, 2016).

Uma alteração significativa no relatório do auditor foi a inclusão da seção referente aos Principais Assuntos de Auditoria (PAAs), cujo propósito é apresentar questões que chamaram a atenção do auditor durante os trabalhos de auditoria da companhia. De acordo com a NBC TA 701, a revelação desses assuntos fornece informações suplementares, contribuindo para a compreensão dos usuários sobre a situação econômica e financeira da empresa, ao mesmo tempo em que promove maior entendimento e capacidade informativa do relatório (Bravosi & Santos, 2013).

Dessa forma, cabe à auditoria assegurar a integridade das demonstrações financeiras, com o objetivo de possibilitar aos usuários, incluindo investidores, tomar decisões fundamentadas com base em informações confiáveis (Ponte, Dantas & Nunes, 2020).

Diante do exposto, em um cenário marcado por crises e incertezas, é fundamental que as práticas contábeis adotadas não se limitem apenas à conformidade com as normas contábeis estabelecidas, mas, sobretudo, destaquem informações qualitativas. Isso visa proporcionar não apenas uma conformidade normativa, mas também oferecer uma compreensão aprofundada dos impactos nos negócios. Além disso, é imprescindível a menção da continuidade operacional e

destacar as características qualitativas da informação contábil, especialmente aquelas que fornecem indicações prospectivas sempre que possível (Nascimento, Poltronieri & Texeira, 2020).

Mais recentemente, com disseminação da COVID-19, doença infecciosa causada pelo Coronavírus e identificada na China no final de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de emergência de saúde global, elevando a situação ao status de pandemia. Diante de pressões políticas, os governos optaram pelo isolamento social como principal medida para mitigar a propagação da COVID-19, impactando a economia de forma abrangente (Agência Brasil, 2020; Senhoras, 2020).

Em virtude de uma crise sem precedentes, as empresas se viram despreparadas para lidar com a pandemia. O impacto prolongado do isolamento social, aliado à impossibilidade de operar normalmente ou operar com capacidade reduzida, representou um risco intrínseco tanto para a saúde financeira quanto para a continuidade das empresas. Nesse cenário desafiador, o auditor independente assume um papel de destaque, garantindo maior confiança nas informações divulgadas pelas empresas por meio da apresentação de relatórios de auditoria que abrangem dados, em seu julgamento, significantes sobre operações da companhia (Longo, 2021).

Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo geral analisar os PAAs divulgados nos relatórios de auditoria independente das 100 maiores empresas do mercado de ações brasileiro, durante os anos de 2018 a 2022, fazendo o paralelo dos principais PAAs identificados durante o período de pandemia da COVID-19 (2020 e 2021) e no período pós-pandemia (2022). A partir dessa análise, busca-se compreender a evolução dos PAAs durante o horizonte temporal do estudo, analisar os PAAs reportados por segmento econômico e nível de governança corporativa da empresa auditada, por perfil da firma e por período pandêmico e pós-pandemia.

A justificativa deste estudo reside na necessidade de progredir nas pesquisas já conduzidas sobre o tema (Marques & Souza, 2017; Santos, Guerra, Marques & Júnior, 2020; Cavalcante, 2022), mediante a atualização temporal no período de 2018 a 2022 e um enfoque nas possíveis consequências decorrentes da pandemia da COVID-19 na emissão dos PAAs pelo auditor independente. Nessa direção, por se tratar de evento global que impactou diversos setores da economia, os resultados dessa pesquisa podem ajudar sinalizando aos auditores independentes e também aos reguladores e investidores as áreas afetadas e que ainda podem servir de *red flag* (sinalizador de risco) para futuras análises.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O Mercado de Capitais e os Principais Assuntos de Auditoria (PAAs)

De acordo com Fama (1970), um mercado financeiro é visto como eficiente quando os preços dos ativos negociados nesse mercado são o reflexo das informações contábeis disponíveis aos usuários. E um mercado eficiente caracterizado como forte é definido quando os ativos refletem todas as informações acessíveis, inclusive aquelas privilegiadas a um determinado grupo de usuários.

As informações contábeis apresentadas de forma fidedigna e relevante possuem papel crucial para o funcionamento de um mercado financeiro eficiente. A partir delas, os usuários são capazes de tomar melhores decisões econômicas, analisar o desempenho passado e futuro das empresas, bem como avaliar os riscos associados (Barth, Landsman & Lang 2008). Conforme Kothari, Ramanna e Skinner (2010), o conjunto de informações disponibilizadas e as demonstrações financeiras atestadas pela auditoria são essenciais para que os investidores fundamentem suas decisões.

O acesso às informações desempenha aspecto relevante não só para os investidores, mas também para a própria organização visto que a partir dos dados que a empresa tem sobre si e seus concorrentes, que elas são capazes de realizar a tomada de decisão. Devido ao fato de que os proprietários não estão diretamente envolvidos no controle da empresa, ocorrem várias transformações na maneira como ela é administrada. Quando se trata de tomar decisões, os agentes consideram não apenas os interesses da empresa, mas também os seus interesses pessoais. A assimetria da informação pode ser descrita como a situação em que o agente fornece informações incompletas ao principal (Rocha, Pereira, Bezerra & Nascimento, 2012).

Nesse contexto, Jensen e Meckling (1976) destacam o conflito de interesses existente entre duas partes, um principal e um agente. Onde o agente toma decisões visando maximizar seus interesses próprios em desfavor aos interesses do principal, desta forma, podendo assumir riscos excessivos e práticas que prejudiquem o principal. Os autores também apontam a auditoria independente como um dos métodos fundamentais para a mitigação da assimetria informacional e alinhamento dos interesses entre gestores e investidores. Desta maneira, o auditor independente desempenha um importante papel de reduzir a assimetria informacional entre os usuários internos e externos das empresas, especialmente, se as informações contábeis

apresentadas pela entidade realmente representam os eventos econômicos ocorridos no período analisado.

O principal recurso utilizado pela auditoria independente para comunicação com os agentes externos é o relatório do auditor divulgado em conjunto com as demonstrações contábeis das empresas, com ele os participantes do mercado conseguem se basear para construir suas interpretações perante os dados fornecidos pela empresa. Assim, com o intuito de aprimorar a transparência no processo de auditoria, aprimorar a confiabilidade das informações nos relatórios contábeis e fomentar uma interação mais robusta entre o auditor e a entidade auditada, o *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB) emitiu, em janeiro de 2015, novos requisitos referentes ao relatório do auditor. Esses requisitos foram uma resposta à demanda dos usuários por um relatório de auditoria que fornecesse informações além de mera manifestação de aprovação ou não das informações divulgadas pela Administração (Alves e Galdi, 2020).

No âmbito nacional, com o objetivo de se adequar aos padrões internacionais e melhorar a qualidade dos trabalhos de auditoria, houve a regulamentação das mudanças advindas do IAASB pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em 2016. A partir da NBC TA 701, os auditores independentes deveriam incluir em seus relatórios uma seção específica sobre os Principais Assuntos de Auditoria (PAAs), ou seja, manifestar quais assuntos foram mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período, de acordo com o julgamento profissional do auditor. Essa alteração na norma busca deixar o relatório de auditoria mais transparente e comunicar aos usuários da informação, os potenciais riscos para os investidores e também a auditoria (Santos *et al.*, 2020).

De acordo com Bédard, Gonthier-Besacier e Schatt (2014), a divulgação dos PAAs auxilia os *stakeholders* em uma maior compreensão das áreas e assuntos mais complexos enfrentados pela entidade ou que possuem julgamento significativo para a auditoria. Ademais, a inclusão dessa seção específica demonstra uma maior consciência do auditor para assuntos relevantes presentes na empresa e o que levou a opinião informada no relatório do auditor, o que pode melhorar a percepção da qualidade da auditoria realizada.

Para Angelo (1981), a qualidade de auditoria está relacionada com a probabilidade e capacidade do auditor de identificar distorções relevantes nas demonstrações contábeis e em seguida, comunicar no relatório de auditoria. Além do mais, pela maior quantidade de acesso às informações sobre as operações da empresa e as demonstrações financeiras, o auditor possui uma posição privilegiada para divulgar potenciais riscos para os usuários externos (Lennox, Schmidt & Thompson, 2019).

Brasel, Doxey, Grenier e Reffett (2016) argumentam que a divulgação dos PAAs desempenha um papel na redução da responsabilidade dos auditores em situações de litígio relacionadas a distorções não identificadas. Isso ocorre porque torna esses assuntos mais transparentes e previsíveis para os usuários das demonstrações contábeis. A quantidade de PAAs emitidos pela auditoria é influenciada pelo custo-benefício do auditor para a divulgação dessas informações. Por exemplo, o benefício de não prejudicar a sua reputação ao divulgar um litígio, em contrapartida ao custo da perda de um cliente. Além disso, o fato de certos setores econômicos serem mais regulamentados e supervisionados, pode afetar a quantidade de PAAs divulgados (Venturini, Barbeta, Borba & Flach, 2023).

2. 2 Reflexos da COVID-19 nas Demonstrações Contábeis

O cenário de pandemia advindo do Coronavírus trouxe um aumento de riscos e incertezas para o mercado de diversos setores econômicos no mundo. Essa crise na economia fez com que as companhias realizassem julgamentos e estimativas que abordassem os efeitos da COVID-19 em seus relatórios financeiros, de tal maneira, que as informações contábeis publicadas refletissem com qualidade e relevância a real posição econômica e patrimonial da empresa (CVM, 2020; SEC, 2020).

A disseminação do COVID-19 e as medidas rigorosas implementadas para controlar e/ou atrasar sua propagação criaram um cenário de riscos e incertezas jamais enfrentados antes pelas empresas. Como resultado, as demonstrações contábeis foram impactadas substancialmente afetando não somente a mensuração de ativos e passivos, mas também a capacidade de manter as operações em curso e a adequada divulgação dos eventos econômicos ocorridos (KPMG, 2020; PwC 2020).

Diante desse cenário, as firmas de auditoria denominadas *big four* realizaram publicações detalhadas durante a pandemia com o objetivo de fornecer uma extensa variedade de tópicos que cobrissem os impactos do Coronavírus, que seriam significativos para as Demonstrações Financeiras anuais e intermediárias. No que diz respeito às publicações intermediárias de 2020, a PwC (2020) destaca em sua pesquisa as exigências da IAS 34 - Demonstrações Intermediárias, que requer que as empresas apresentem as explicações referentes às alterações ocorridas em suas posições financeiras e de desempenho, assim aponta que possivelmente as entidades deverão evidenciar os efeitos da pandemia nas operações das organizações, bem como medidas para atenuar seus resultados.

Estudos da Deloitte (2020) apontaram a avaliação do valor justo de instrumentos financeiros como um dos principais assuntos contábeis propensos a sofrerem consequências da pandemia. Segundo a *big four*, as entidades deveriam assegurar que as mensurações em valor justo que não possuem dados observáveis refletem a participação da empresa no mercado, levando em consideração os efeitos do COVID-19. Ademais, a EY (2020), em sua pesquisa, destaca a importância da divulgação das técnicas usadas na avaliação para que assim, os usuários consigam verificar se os efeitos do Coronavírus foram considerados ou não.

De acordo com a Fundação IFRS (2020), os instrumentos financeiros também estão propensos a sofrerem impactos decorrentes do COVID-19, principalmente a conta de perdas de crédito esperadas. A IFRS 9 solicita às entidades a aplicação de julgamentos e estimativas que determinem a perda de crédito esperada (PCE) em diferentes circunstâncias. Assim, as avaliações preditivas das condições econômicas as quais podem influenciar o nível de inadimplência, devem levar em consideração os impactos da pandemia.

Devido às incertezas em virtude das condições do mercado durante a pandemia, a continuidade operacional se tornou um tema relevante a ser avaliado pela administração e pela auditoria independente (Santos, Silva & Silva, 2020). Nunes Neto (2020) afirma que a continuidade operacional se repercutirá nas auditorias durante o cenário de incertezas da economia global.

A KPMG (2020) em sua publicação destacou os assuntos sujeitos aos impactos da COVID-19, foram eles, recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis, avaliações atuariais sobre benefícios aos empregados, estoques, *impairment* de ativos financeiros e não financeiros, mensuração a valor justo e itens não usuais. Esses assuntos são importantes para serem devidamente analisados e divulgados pelas empresas durante a pandemia.

Já o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), em 2023, realizou um levantamento dos assuntos mais destacados pelos auditores nas demonstrações financeiras de 2021 e 2022 das empresas que compõem o Índice Brasil 100 (IBrX 100). Foram analisados 192 relatórios de auditoria de 96 empresas. De acordo com o diretor técnico, Rogério Mota, os temas encontrados já são comuns em empresas de companhia aberta, como, por exemplo, *impairment*, reconhecimento de receitas e provisões. O PAA mais frequente nos relatórios analisados refere-se ao teste de valor recuperável de ativos não financeiros, também denominado como “*impairment*”. Esse fator pode ser explicado devido a maiores volatilidades ocorridas no mercado, acarretadas pelo cenário de pandemia, e que resultou em variações nos preços dos ativos das empresas (Laurence, 2023).

Diante disso, a apropriada divulgação das informações sobre os efeitos da pandemia contribui para a redução da assimetria informacional, pois possibilita a evidenciação da real situação econômica das empresas, colaborando para a tomada de decisão mais assertiva pelos investidores (Nascimento *et al.*, 2020).

2.3 Estudos empíricos anteriores

A seção dos PAAs, por conta de sua relevância principalmente para os usuários externos, se tornou um dos pontos mais importantes no relatório do auditor (CFC, 2016). Com essa nova inclusão no relatório de auditoria, cada entidade auditada terá particularidades sobre suas operações divulgadas, colaborando para uma maior transparência para os investidores (Cavalcante, 2022). A seguir, serão destacadas algumas pesquisas anteriores que têm os PAAs como foco de estudo.

Na pesquisa conduzida por Marques & Souza (2017), foram examinados os relatórios de auditoria publicados em 2017 por 49 empresas que faziam parte do IBOVESPA no último trimestre de 2016. Foram identificados 171 PAAs reportados, em torno de 3,49 por empresa. Os temas reportados nos PAAs foram Recuperabilidade dos ativos (16%), Contingências (15%), Reconhecimento de receitas (13%) e Projeção de resultados futuros para a realização de ativos (10%).

Seguindo as mesmas categorias propostas por Marques & Souza (2017) para análise dos PAAs, Santos *et al.* (2020) analisou a relação dos Principais Assuntos de Auditoria reportados e a prática de gerenciamento de resultados das empresas brasileiras entre os anos de 2016 e 2017. Os tipos de PAAs predominantes foram, Recuperabilidade dos ativos, Contingências e Reconhecimento de receitas, respondendo, conjuntamente, nos anos de 2016 e 2017, por 58% e 66%, respectivamente. Observou-se, ainda, que as empresas não *big four* reportaram mais PAAs quando comparadas às empresas de auditoria consideradas *big four*. Além disso, os autores evidenciaram que há relação estatística significativa entre a quantidade de PAAs emitidos e as *proxies* de gerenciamento de resultado, o que pode ser considerado um sinalizador de risco relevante para os agentes regulatórios.

Neukirchen e Bonotto (2017) realizaram uma análise dos PAAs presentes nos relatórios de auditoria de empresas listadas no segmento Novo Mercado da BM&F Bovespa, cujos auditores eram firmas classificadas como *big four*. O objetivo era identificar os principais motivos que levaram à destacada importância desses assuntos e examinar os procedimentos mais comumente adotados para mitigar os riscos identificados. Os resultados da pesquisa

revelaram que a questão relacionada ao reconhecimento e mensuração de receitas era a mais frequentemente mencionada nessa seção dos relatórios de auditoria independente. Isso ocorreu devido ao risco percebido de superavaliação por parte da administração da empresa, visando melhorar o desempenho financeiro e atingir as metas estabelecidas pelos administradores.

Santos, Soares, Santos e Rosa (2020) buscaram investigar quais são os motivos que levam a comunicação dos PAAs no relatório do auditor independente das empresas listadas na B3 no período de 2016 a 2018. Constatou-se que o PAA mais frequente no relatório de auditoria independente é a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhista, que está relacionado com os riscos jurídicos da entidade no qual a estimativa é baseada no julgamento da administração. Devido o sistema jurídico obter complexidades e premissas que não estão no escopo da companhia, é um assunto classificado como significativo e que pode afetar de forma relevante as demonstrações contábeis da empresa.

No que se refere às análises dos PAAs divulgados em instituições financeiras, Lima e Martins (2022) verificaram que no decorrer dos anos de 2016 a 2020 os assuntos mais relevantes abordados no relatório de auditoria independente das instituições financeiras listadas na B3 foram provisão para crédito de liquidação duvidosa, ambiente de tecnologia, passivo contingente e crédito tributário. Ademais, foi evidenciado que essas entidades contratam, em sua maioria, empresas denominadas *big four* para auditoria das demonstrações financeiras.

Já na avaliação de Longo (2021), em estudo que teve como enfoque os efeitos da COVID-19 nos relatórios de auditoria independente dentre os anos de 2019 e 2020, apesar de as empresas terem que avaliar os efeitos do coronavírus em suas demonstrações contábeis, nem todas resultaram em consequências negativas. Algumas delas registraram impactos financeiros positivos em suas contas devido às medidas internas adotadas para prevenir futuros impactos da pandemia. O estudo aponta que para aquelas empresas em que os resultados financeiros foram impactados negativamente pelo COVID-19, os assuntos mais recorrentes divulgados nos PAAs foram as provisões para Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). Por outro lado, as que obtiveram aspectos positivos financeiros, destaca-se as contas de intangível que pelo julgamento do auditor tem um alto grau de subjetividade. Esses ativos estão diretamente relacionados às significativas volatilidades que o mercado enfrentou ao longo desse período.

Os estudos mencionados destacam que os tópicos mais abordados pelos auditores estão relacionados às contas contábeis cuja mensuração envolve um grau significativo de subjetividade. Além do mais, são áreas consideradas de risco e que requerem a utilização de

premissas e avaliação da mensuração desses elementos patrimoniais e seus impactos na situação econômica da entidade.

3 PROCEDER METODOLÓGICO

Este estudo denomina-se como uma pesquisa descritiva, por ter como objetivo descrever os conteúdos reportados nos PAAs presentes nos relatórios de auditoria independente das empresas. De acordo com Gil (2002), uma pesquisa descritiva tem como principal objetivo, descrever uma população específica ou um fenômeno, ou uma associação entre variáveis.

Quanto ao procedimento utilizado, a pesquisa se caracteriza por ser documental. Trata-se de uma abordagem na qual o pesquisador interpreta documentos com a finalidade de proporcionar expressão e significado a um determinado tópico (Bowen, 2009). A obtenção de dados para a pesquisa consistiu nas informações extraídas do site da B3. A análise dos dados foi posteriormente realizada, centrando-se no conteúdo dos PAAs relatados e utilizando-se a análise de conteúdo. A análise de conteúdo refere-se a um conjunto de técnicas que examina as comunicações por meio de procedimentos predefinidos. E seus objetivos incluem a descrição do conteúdo das mensagens e o uso de indicadores que possibilitam a dedução de conhecimentos (Bardin, 2010).

Dado que o foco da pesquisa está direcionado para a análise dos PAAs, ela se caracteriza como uma pesquisa qualitativa. Na abordagem qualitativa, o pesquisador procura compreender e aprofundar a compreensão do fenômeno, sem se preocupar com a representativa numérica ou generalizações estatísticas (Terence & Escrivão, 2006).

A amostra inicial da pesquisa foi composta pelas 100 empresas que integravam o índice Brasil 100 (IBRX 100) da B3, na data de 17 de outubro de 2023. Os dados utilizados na pesquisa, tais como PAA, empresa de auditoria, nível de governança corporativa e setor econômico, foram obtidos a partir da base de dados da B3, considerando o período de 2018 a 2022. Das 100 empresas inicialmente selecionadas, foram excluídas 16 por não possuírem os relatórios de auditoria externa em todos os anos de estudo, resultando em uma amostra final de 84 empresas e 420 relatórios para análise, conforme evidenciado na Tabela 1.

Os PAAs reportados foram organizados em planilhas em *excel* seguindo a categorização proposta por Marques & Souza (2017), com ajustes. Três novas categorias foram adicionadas após a análise prévia do material. Essa categorização revelou-se fundamental para quantificar e avaliar os temas divulgados, empregando a análise descritiva como método de estudo. As categorias adotadas para a padronização dos PAAs estão detalhadas na Tabela 2.

Tabela 1*Total de empresas por setor*

Setor	Empresas
Bens Industriais	8
Consumo Cíclico	10
Consumo não-básico	6
Consumo não-cíclico	4
Diversos	5
Financeiro	15
Materiais Básicos	10
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	6
Saúde	5
Tecnologia da Informação	1
Telecomunicação	1
Utilidade Pública	13

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Tabela 2*Categorização PAAs*

Categorias	Referência
ARREND - Arrendamento mercantil	Elaboração própria
AVA – Ativos biológicos/Valor justo/Ágio	Marques e Souza (2017)
BENEF – Benefícios pós-emprego	Marques e Souza (2017)
CAP – Capitalização de gastos no ativo	Marques e Souza (2017)
COMB - Combinação de negócios	Elaboração própria
CON - Contingências	Marques e Souza (2017)
CONFOR – Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos	Marques e Souza (2017)
CONTOP - Continuidade operacional	Elaboração própria
CONTR – Controles internos e tecnologia da informação	Marques e Souza (2017)
INSTR – Instrumentos financeiros	Marques e Souza (2017)
OU – Outros	Marques e Souza (2017)
PARLD – Processos administrativos instaurados/Recuperação judicial/Distratos	Marques e Souza (2017)
PART – Participação societária	Marques e Souza (2017)
PARTREL – Partes relacionadas	Marques e Souza (2017)
PECLD – Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Marques e Souza (2017)
PROJ – Projeção de resultados futuros para a realização de ativos	Marques e Souza (2017)
REC – Reconhecimento de receitas	Marques e Souza (2017)
RECU – Recuperabilidade dos ativos	Marques e Souza (2017)

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

4 RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÃO

Com o intuito de analisar a evolução do reporte dos PAAs pelos auditores, foi analisada a quantidade média de PAAs durante os cinco anos estudados, conforme Tabela 3. Verificou-se que houve uma redução de mais de 10% no número de reportes entre 2018 e 2022. Esse resultado pode ser atribuído ao fato de que no início da obrigação de divulgação dos PAAs, os auditores estavam se adaptando às novas normas, adotando uma abordagem mais conservadora e incluindo um maior número de itens. Com o tempo e o aprimoramento desse processo, passaram a divulgar apenas os assuntos mais relevantes, resultando na diminuição da quantidade ao longo do período (Cavalcante, 2022). Esses dados corroboram com a pesquisa de Santos *et al.* (2020) e Cavalcante (2022), que evidenciaram uma redução na quantidade de PAAs nos anos analisados.

Tabela 3

Quantidade média de PAAs por empresa

PAAs	2018	2019	2020	2021	2022
Quantidade (Qtde.)	257	254	251	232	229
Média	3,06	3,02	2,99	2,76	2,73
Varição média (%)	-	-1,31%	-0,99%	-7,69%	-1,09%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Já em relação à frequência do número de PAAs reportados (Tabela 4), foi evidenciado que há uma concentração média de dois a quatro assuntos por companhia, o que se assemelha com o que foi encontrado por Santos *et al.* (2020). Além disso, observa-se que a concentração em um assunto teve um notável crescimento (400%) ao longo do período, iniciando em 2,38% alcançando 11,90%. Esse resultado demonstra uma tendência de redução nos níveis de divulgação por parte dos auditores ao decorrer dos anos analisados, onde os reportes de 5 a 7 PAAs por relatório se reduziram, e a emissão de um assunto obteve uma maior concentração.

Tabela 4*Frequência média de PAAs por empresa*

Qtde. de PAAs	2018	2019	2020	2021	2022
1	2,38%	7,14%	9,52%	10,71%	11,90%
2	36,90%	30,95%	26,19%	33,33%	35,71%
3	32,14%	29,76%	36,90%	30,95%	29,76%
4	15,48%	23,81%	17,86%	21,43%	15,48%
5	7,14%	3,57%	3,57%	1,19%	4,76%
6	5,95%	2,38%	4,76%	2,38%	2,38%
7	0,00%	2,38%	1,19%	0,00%	0,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Em seguida, procedeu-se à análise da frequência por assuntos nos relatórios de auditoria, conforme detalhado na Tabela 5. Torna-se evidente que os assuntos associados à recuperabilidade de ativos, reconhecimento de receita e contingências abrangem aproximadamente 50% das observações nos parágrafos dedicados aos PAAs ao longo de todo período analisado. Esses dados estão em linha com os achados das pesquisas de Marques e Souza (2017) e Colares, Alves e Pinheiro (2018).

Observa-se que os PAAs que registraram maiores aumentos, durante o primeiro ano de pandemia, foram relacionados aos benefícios pós-emprego (26,35%), continuidade operacional (68,64%) e provisão para créditos de liquidação duvidosa (30,07%). O benefício pós-emprego refere-se aos benefícios que serão concedidos ao empregado após o término do vínculo empregatício, tais como aposentadoria, seguro de vida e assistência médica pós-emprego. A contabilização ocorre apenas nos casos de planos de benefícios definidos, nos quais a empresa patrocinadora assume a obrigação de fornecer os benefícios pactuados aos empregados e ex-empregados. Em essência, a conta de um plano de benefício definido consiste na alocação dos custos relacionados a esses benefícios durante o período em que o empregado presta serviços à empresa, assim, obtendo um risco atuarial em que os benefícios venham a custar mais do que o esperado (CPC, 2012; Silva, Drumond, Silva, Pereira e Oliveira, 2016). Logo, devido a significativas flutuações no mercado durante a pandemia, o benefício pós-emprego pode ter sido impactado pela COVID-19 e dessa forma, desencadeado a reavaliação do passivo atuarial relacionado à essas assistências após o período de emprego, podendo ter influenciado o aumento dos parágrafos de auditoria sobre o assunto (KPMG, 2020).

Com relação à provisão para créditos de liquidação duvidosa, Longo (2021) destaca que devido ao alto grau de subjetividade vinculada ao risco de crédito, bem como ao elevado nível de incerteza quanto ao impacto da COVID-19 no cenário econômico e aos potenciais efeitos futuros, especialmente em relação à inadimplência dos clientes, levou os auditores independentes a considerarem relevante o assunto de PECLD nos relatórios de auditoria.

No que se refere à continuidade operacional, as medidas restritivas para controlar a propagação do Coronavírus, como o *lockdown*, afetaram a capacidade de muitas empresas continuarem suas operações, principalmente as dos setores de transporte e turismo. Devido ao isolamento social, as demandas por viagens aéreas e hospedagem tiveram uma expressiva queda, impactando negativamente as receitas dessas empresas (Neves, Carvalho, Souza e Filippim, 2021; Santos, 2023). Além disso, o consumo de energia elétrica também foi impactado negativamente pela pandemia. De acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), nos primeiros seis meses de pandemia, a queda no consumo de energia elétrica foi de 4,5% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Esses dados explicam os achados do presente estudo, visto que 75% das empresas que apresentaram PAA relacionado à continuidade operacional pertencem aos setores de transporte aéreo, turismo e energia elétrica.

Em análise aos cinco anos de estudo (Tabela 5), verifica-se que os assuntos referentes a capitalização de gastos no ativo (123,08%), combinação de negócio (172,79%) e riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos (123,08%) sofreram expressivos aumentos no período. Por outro lado, os PAAs relacionados a arrendamento mercantil (81,12%), contingências (13,44%), instrumentos financeiros (21,34%), reconhecimento de receita (12,98%) e projeção de resultados futuros para a realização de ativos (35,05%) apresentaram redução durante os anos.

Tabela 5

Frequência média por assunto

PAAs	2018	2019	2020	2021	2022	Varição 2018 - 2022
COMB - Combinação de negócios	2,72%	3,94%	3,19%	4,74%	7,42%	172,79%
CAP – Capitalização de gastos no ativo	0,39%	1,18%	0,80%	0,86%	0,87%	123,08%
CONFOR – Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos	0,39%	0,79%	0,80%	1,29%	0,87%	123,08%
CONTOP - Continuidade operacional	0,78%	1,18%	1,99%	0,86%	1,31%	67,95%

PECLD – Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2,72%	2,76%	3,59%	3,88%	3,93%	44,49%
BENEF – Benefícios pós-emprego	3,50%	3,15%	3,98%	3,88%	4,80%	37,14%
AVA – Ativos biológicos/Valor justo/Ágio	2,33%	2,36%	1,59%	2,59%	3,06%	31,33%
RECU – Recuperabilidade dos ativos	18,29%	19,29%	20,72%	19,83%	21,83%	19,35%
PARLD – Processos administrativos instaurados/Recuperação judicial/Distratos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
OU – Outros	20,23%	18,11%	21,91%	24,14%	18,78%	-7,17%
CONTR – Controles internos e tecnologia da informação	3,89%	3,54%	3,98%	3,88%	3,49%	-10,28%
REC – Reconhecimento de receitas	15,56%	13,78%	13,15%	13,79%	13,54%	-12,98%
CON - Contingências	13,62%	13,78%	13,55%	11,64%	11,79%	-13,44%
INSTR – Instrumentos financeiros	3,89%	3,15%	2,39%	2,59%	3,06%	-21,34%
PROJ – Projeção de resultados futuros para a realização de ativos	7,39%	6,30%	5,98%	5,17%	4,80%	-35,05%
ARREND - Arrendamento mercantil	2,33%	6,30%	1,20%	0,43%	0,44%	-81,12%
PART – Participação societária	1,17%	0,00%	0,80%	0,43%	0,00%	-100%
PARTREL – Partes relacionadas	0,78%	0,39%	0,40%	0,00%	0,00%	-100%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

No que se refere à quantidade média de PAA emitido por empresa de auditoria (Tabela 6), percebe-se que as empresas denominadas *big four*, em média, reportaram menos PAAs que as empresas não *big four*. Esse resultado pode ser decorrente do fato de que as firmas de auditoria *big four* possuem uma menor dependência em relação a cada cliente, podendo não se relacionar com clientes que possam pôr em risco a reputação da firma. Dessa forma, essas firmas de auditoria optam por auditar companhias de maior porte e que possuam um comitê de auditoria e estrutura de governança mais robusta, mitigando as distorções nas demonstrações contábeis (Ponte *et al.*, 2020). Esses fatores, por sua vez, impactam nos PAAs reportados (Cavalcante, 2022).

Ressalta-se que a firma de auditoria que mais reportou PAA por relatório de auditoria, em média, foi a Baker Tilly, com uma média de 4,0 assuntos por relatório e em contrapartida, a Mazars Auditores Independentes S.S evidenciou a menor média. Já dentre as *big four*, a PWC foi a que apresentou maior número médio de reportes, 3,25. Por outro lado, a DTT e EY foram as que apresentaram a menor média de PAAs dentre as *big four* (média de 2,75 para ambas).

Tabela 6*Média de PAA por empresa de auditoria*

Empresas de auditoria	2018	2019	2020	2021	2022	Média total
Baker Tilly Partners Auditores Independentes S.S.	-	-	-	-	4,00	4,00
PWC	3,67	3,20	3,20	3,08	3,08	3,25
BDO	-	-	-	3,00	3,00	3,00
GT	3,75	3,50	3,00	2,33	1,75	2,87
KPMG	3,06	2,94	2,84	2,68	2,85	2,87
DTT	2,78	2,89	3,57	2,33	2,18	2,75
EY	2,63	2,95	2,80	2,77	2,62	2,75
BKR - Lopes, Machado Auditores	2,00	-	-	-	-	2,00
Mazars Auditores Independentes S.S	-	-	-	-	2,00	2,00

Nota. Empresas de auditoria *big four*: DTT - Deloitte Brasil; EY - Ernst & Young Auditores Independentes; KPMG – KPMG Auditores Independentes; PWC – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. Empresas de auditoria não *big four*: Baker Tilly Partners Auditores Independentes S.S; BDO – BDO RCS Auditores Independentes; BKR - Lopes, Machado Auditores; GT – Grant Thornton Auditores Independentes; e Mazars Auditores Independentes S.S. Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Em relação à análise de PAAs por nível de governança corporativa (Tabela 7) no período de 2018 a 2022, observou-se que as empresas classificadas no nível 1 apresentaram uma média de 3,36 e as de nível 2 uma média de 3,04. Esses dois níveis evidenciaram as maiores médias de PAAs dentre as quatro categorias. Este resultado está em consonância com a observação de Correia e Amaral (2008), que destacam que de acordo com a Teoria da Agência os indivíduos racionais nas organizações buscam consistentemente reduzir os custos de agência provenientes da assimetria de informações. Portanto, para alcançar a eficiência organizacional, as empresas precisam implementar controles internos que minimizem os custos dos conflitos entre principal e agente. Nesse sentido, os sistemas de governança corporativa são desenvolvidos com o propósito de aprimorar o desempenho da empresa, por meio do controle dos agentes envolvidos no processo decisório. Dessa maneira, pode-se inferir que à medida que o nível de governança aumenta, há um esforço crescente para reduzir a assimetria informacional, contribuindo para um maior relato de assuntos por parte dos auditores.

Tabela 7*Média de PAAs por nível de governança corporativa*

Níveis de Governança	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Nível 1	3,31	3,50	3,44	3,38	3,19	3,36
Nível 2	3,20	3,10	3,40	2,90	2,60	3,04
Novo Mercado	2,96	2,89	2,80	2,58	2,62	2,77
Tradicional - Bovespa	3,00	2,67	2,67	2,33	2,67	2,67

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Na sequência, foi analisada a média de PAAs por setor econômico, conforme Tabela 8. Observa-se que os setores com maior número de PAA reportados foram o Financeiro e o de Telecomunicação, enquanto, os que menos apresentaram PAA foram os de consumo cíclico e de tecnologia da informação. Ademais, verificou-se que os assuntos de recuperabilidade de ativos e combinação de negócios foram reportados por todos os setores econômicos que compuseram a amostra do estudo.

Tabela 8*Média de PAAs por setor econômico*

Setor econômico	2018	2019	2020	2021	2022	Média total	Variação 2018 - 2022
Financeiro	4,00	3,67	3,60	3,33	3,27	3,57	-18,25%
Telecomunicação	4,00	3,00	3,00	3,00	4,00	3,40	0,00%
Saúde	3,00	3,20	2,80	3,00	3,40	3,08	13,33%
Diversos	3,60	3,40	2,80	2,60	2,80	3,04	-22,22%
Bens industriais	3,00	3,00	3,00	3,00	2,88	2,98	-4,00%
Petróleo, gás e biocombustíveis	3,17	2,83	2,83	2,67	2,83	2,87	-10,73%
Materiais básicos	2,60	3,00	3,10	3,10	2,50	2,86	-3,85%
Consumo não cíclico	2,50	3,50	3,00	2,50	2,25	2,75	-10,00%
Utilidade pública	2,62	2,77	3,08	2,46	2,69	2,72	2,67%
Consumo não básico	3,67	3,00	2,67	2,33	1,67	2,67	-54,50%
Tecnologia da informação	2,00	2,00	2,00	3,00	3,00	2,40	50,00%
Consumo cíclico	2,30	2,20	2,40	2,10	2,30	2,26	0,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Em análise individualizada dos assuntos reportados pelo setor financeiro, foi evidenciado que os assuntos recuperabilidade de ativos, controles internos e tecnologia da informação e contingências foram os mais frequentes. Ressalta-se que esse é o setor em que os auditores realizaram maiores reportes sobre o assunto de controle internos e tecnologia da informação, isso porque esse setor engloba empresas com grande volume de transações e lucros elevados, tais como bancos, seguradoras e corretoras. As atividades dessas empresas, por sua própria natureza, envolvem um alto risco e estão sujeitas à regulamentação de órgãos como o Banco Central (BACEN) e a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) (Marques & Souza, 2017). Além disso, não foram identificados nesse segmento o setor PAAs relacionados aos assuntos de continuidade operacional, ativos biológicos/valor justo/ágio, arrendamento mercantil, riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos, capitalização de gastos no ativo e processos administrativos instaurados/recuperação judicial/distratos durante o período.

No que se refere ao setor de Telecomunicação, o PAA mais reportado foi o de reconhecimento de receita, seguido pelo de contingência e recuperabilidade de ativos. Esses resultados corroboram com as descobertas apresentadas por Cavalcante (2022).

Em relação ao setor de Consumo cíclico, os assuntos mais frequentes divulgados foram de reconhecimento de receita, recuperabilidade de ativos e contingências. Destaca-se que o setor de consumo cíclico apresentou PAAs em 14 das 18 categorias, logo, apesar de ser o setor que teve a menor média de PAAs reportados, foi o que evidenciou maior predominância. Já no setor de Tecnologia da informação, destaca-se que somente três assuntos foram apresentados nos relatórios de auditoria, foram eles, reconhecimento de receita, combinação de negócios e recuperabilidade de ativos. Vale ressaltar que, dentro desse setor, a prática de adquirir outras empresas (combinação de negócios) é comum, exigindo uma cuidadosa consideração quanto à contabilização do método de aquisição nas demonstrações financeiras pelo auditor independente, o que explica um maior reporte de PAA sobre o assunto.

Quanto às variações nas médias de PAA por segmento, observa-se que, de forma geral, os setores apresentaram redução durante os anos de análise, exceto os segmentos de Tecnologia da Informação, Saúde e Utilidade Pública.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve por objetivo analisar os PAAs apresentados nos relatórios de auditoria independente das 100 empresas mais negociadas no mercado de ações brasileiro. Com uma amostra final de 84 empresas e 420 relatórios, buscou-se compreender a evolução temporal durante os anos de 2018 a 2022, o perfil das firmas de auditoria quanto a emissão dos PAAs, a relação dos PAAs emitidos com os segmentos econômicos e os níveis de governança corporativa das companhias. Além disso, buscou-se identificar possíveis reflexos advindos da pandemia da COVID-19 no comportamento dos PAAs.

Diante da amostra selecionada, os resultados obtidos demonstram que: (i) há uma tendência de redução no número de reportes de PAA pelos auditores independentes; (ii) os assuntos mais frequentes apresentados foram de recuperabilidade de ativos, reconhecimento de receita e contingências; (iii) durante o primeiro ano de pandemia os assuntos relacionados a benefício pós-emprego, continuidade operacional e provisão para créditos de liquidação duvidosa foram os que sofreram maiores aumentos de reportes; (iv) entre as firmas de auditoria, a Baker Tilly foi a que apresentou uma maior média de número de PAAs emitidos, enquanto as *big four* se destacam emitindo um menor número médio de PAAs quanto as firmas de menor porte; (v) os auditores independentes emitiram um maior média de PAAs nas companhias classificadas no nível 1 e 2 de governança corporativa; e (vi) os segmentos que registraram a maior quantidade de PAA foram os setores Financeiro e de Telecomunicação, enquanto, por outro lado, os setores de Consumo Cíclico e de Tecnologia da Informação foram os que menos evidenciaram parágrafos de auditoria.

O estudo representa uma contribuição para a ampliação da literatura nacional sobre os principais assuntos de auditoria presentes nos relatórios das empresas, preenchendo uma lacuna em pesquisas sobre o tema no âmbito da pandemia e no período pós-pandemia. Além disso, contribui para evidenciar os motivos que levaram os auditores a reportarem os PAAs no contexto da COVID-19, o que pode ser útil tanto para os próprios auditores quanto reguladores e investidores.

Como limitação da pesquisa, destaca-se a amostra utilizada, uma vez que se restringiu apenas às 100 empresas que integravam o índice Brasil 100 (IBRX 100) da B3, na data de 17 de outubro de 2023. Como sugestão para trabalhos futuros, destaca-se a consideração de empresas de diferentes países a fim de identificar as variações culturais e como a pandemia afetou essas empresas, além da utilização de técnicas estatísticas.

REFERÊNCIAS

- Agência Brasil. Organização Mundial da Saúde declara pandemia de coronavírus. *Agência Brasil*, Brasília, DF. 2020. Recuperado em 02 dezembro, 2023, em <https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2020/05/indicador-aponta-impactosdacovid-19-na-economia-brasileira.html>.
- Alves, E. D., Jr. & Galdi, F. C. (2020). Relevância informacional dos principais assuntos de auditoria. *Revista Contabilidade e Finanças*, 31(82), 67–83. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201908910>.
- Angelo, L. E. (1981). Auditor size and audit quality. *Journal of Accounting and Economics*, 3(3), 183-199.
- Bardin, L. (2010). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barth, M. E., Landsman, W. R., & Lang, M. H. (2008). International accounting standards and accounting quality. *Journal of accounting research*, 46(3), 467-498.
- Bédard, J., Gonthier-Besacier, N., & Schatt, A. (2014). Costs and benefits of reporting key audit matters in the audit report: The French experience. In *International symposium on audit research* (Vol. 24).
- Bowen, G. A. (2009). Document analysis as a qualitative research method. *Qualitative research journal*, 9(2), 27-40.
- Brasel, K., Doxey, M., Grenier, J., & Reffett, A. (2016). Risk Disclosure Preceding Negative Outcomes: The Effects of Reporting Critical Audit Matters on Judgments of Auditor Liability. *The Accounting Review*, 91(5), pp. 1345-1362. doi:10.2308/accr-51380.
- Bravosi, J., & Santos, S. D. (2013). *Considerações acerca da auditoria interna e externa*. Recuperado em 02 de dezembro, 2023, em <https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/auditoriainternaexternadoc.pdf>.
- Cavalcante, L. A. D. S. (2022). *Análise dos principais assuntos de auditoria reportados nos relatórios das empresas brasileiras* (Trabalho de Conclusão de Curso). Centro Universitário Christus, Fortaleza, Brasil.
- Colares, A. C. V., Alves, K. C., & Pinheiro, L. E. T. (2020). Efeitos da divulgação dos principais assuntos de auditoria no retorno das ações no mercado de capitais brasileiro. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 24(1), 3-19.

- Comissão de Valores Mobiliários (2020). *OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020: Efeitos do Coronavírus nas Demonstrações Financeiras*. Recuperado em 02 setembro, 2023, em <https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/oficios-circulares/snc-sep/oc-snc-sep-0220.html>.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. *Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1): Benefícios a empregados*. Brasília: Comitê de Pronunciamentos Contábeis, 2012. Recuperado em 28 novembro, 2023, em <https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=64>
- Conselho Federal de Contabilidade. *Norma NBC TA 701– Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente*. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2016.
- Correia, L. F., & Amaral, H. F. (2008). A theoretical framework for corporate governance studies: agency theory assumptions. *REGE Revista De Gestão*, 15(3), 1-10. <https://doi.org/10.5700/issn.2177-8736.rege.2008.36642>
- Council. *Financial Reporting*. (2015). Extended auditor's reports: A review of experience in the first year. Londres. Recuperado em 04 dezembro, 2023, em <https://www.frc.org.uk/library/standards-codes-policy/audit-assurance-and-ethics/auditor-reporting-a-review-of-current-practice/>.
- Deloitte (2020). *Financial Reporting Considerations Related to COVID-19 and an Economic Downturn*. Recuperado em 02 setembro, 2023, em <https://dart.deloitte.com/USDART/home/publications/deloitte/financial-reporting-alerts/2020/financial-reporting-considerations-ecnomic-downturn-covid>.
- Empresa de Pesquisa Energética (EPE). (s.d). *Balanço Covid-19 - Impactos nos mercados de energia no Brasil: 1º semestre de 2020*. Recuperado em 29 novembro, 2023, em <https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/balanco-covid-19-impactos-nos-mercados-de-energia-no-brasil-1-semester-de-2020#:~:text=O%20consumo%20da%20rede%20el%C3%A9trica,foram%20os%20setores%20mais%20afetados..br>.
- EY (2020). *Applying IFRS: IFRS accounting considerations of the Coronavirus outbreak*. Recuperado em 02 setembro, 2023, em https://www.ey.com/en_kz/ifrs-technicalresources/applying-ifrs-accounting-considerations-of-the-coronavirus-outbreak.

- Fama, E. (1970). American Finance Association Efficient Capital Markets: A Review of Theory and Empirical Work. In *Source: The Journal of Finance* (Vol. 25, Issue 2).
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (Vol. 4, p. 175). São Paulo: Atlas.
- IFRS Foundation (2020). *IFRS 16 e covid-19: Accounting for covid-19-related rent concessions applying IFRS 16 Leases*. Recuperado em 02 setembro, 2023, em <https://cdn.ifrs.org/-/media/feature/supporting-implementation/ifrs-16/ifrs-16-rentconcession-educational-material.pdf> IFRS Foundation (2020).
- Jensen, M. C. & Meckling, W. H. (1976) Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial and Economics*, 3(4), pp. 305- 360.
- Kothari, S. P., Leone, A. J., & Wasley, C. E. (2005). Performance matched discretionary accrual measures. *Journal of Accounting and Economics*, 39(1), pp.163–197. doi:10.1016/j.jacceco.2004.11.002.
- KPMG (2020). *COVID-19: Qual o impacto do COVID-19 nas DFs a partir de 11.2020?* Recuperado em 03 setembro, 2023, em <https://home.kpmg/br/pt/home/insights/2020/04/impacto-dfs-covid.html>.
- Laurence, F. (2023). Ibracon aponta temas destacados por auditores. *Valor Econômico*. Recuperado em 15 outubro, 2023, em https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwi_npzk2fiBAxU4qpUCHcbuBxsQFnoECAwQAQ&url=https%3A%2F%2Fvalor.globo.com%2Fempresas%2Fnoticia%2F2023%2F09%2F28%2Fibracon-aponta-temas-destacados-por-auditores.ghtml&usg=AOvVaw124jFS4XhrVxK7mhSzj2np&opi=89978449.
- Lennox, C. S., Schmidt, J. J., & Thompson, A. (2019). Is the Expanded Model of Audit Reporting Informative to Investors? Evidence from the UK. *SSRN*, 1-44.
- Lima, B. R., & Martins, V. F. (2022). Os principais assuntos de auditoria de empresas do setor financeiro brasileiro. *Revista Científica e-Locução*, 1(22), 18-18.
- Longo, L. M. (2021). *Evidênciação da crise da COVID-19 nos relatórios de auditoria independente das companhias listadas na B3* (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.

- Marques, V. A., & Souza, M. K. P. (2017). Principais assuntos de auditoria e opinião sobre o risco de descontinuidade: uma análise das empresas do Ibovespa. *RIC*, 11(4), 1.
- Nascimento, R. B. G., Poltronieri, C. C., & Teixeira, A. P. (2020). Uma Análise do Impacto do COVID-19 nas Demonstrações Financeiras à Luz da Teoria do Disclosure e Teoria dos Sinais. In *XX USP International Conference in Accounting*. São Paulo (pp. 1-10).
- Neukirchen, L. M. (2017). *Análise dos Principais Assuntos de Auditoria (PAA) divulgados pelas Big Four na primeira adoção do novo relatório do auditor de empresas listadas no nível novo mercado de governança corporativa na BM&F Bovespa* (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Neves, C. S. B., Carvalho, I. D. S., Souza, W. F. L. D., & Filippim, M. L. (2021). Os impactos da COVID-19 nas viagens de turistas brasileiros: conjuntura e perspectivas na eclosão e na expansão da pandemia no Brasil. *Turismo: Visão e Ação*, 23, 2-25.
- Niyama, J. K., Costa, F. M. da, Dantas, J. A., & Borges, E. F. (2011). EVOLUÇÃO DA REGULAÇÃO DA AUDITORIA INDEPENDENTE NO BRASIL: ANÁLISE CRÍTICA, A PARTIR DA TEORIA DA REGULAÇÃO. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 4(2), 127–161. Recuperado em 04 dezembro, 2023 em <https://asaa.anpcont.org.br/index.php/asaa/article/view/41>.
- Nunes Neto, J. (2020). *Adaptação às mudanças: Coronavírus, demonstrações contábeis e relatórios de auditoria*. Recuperado em 04 setembro, 2023, em <https://www.contabeis.com.br/artigos/6002/coronavirus-demonstracoes-contabeis-erelatorios-de-auditoria/>.
- Ponte, D. M., Dantas, J. A., & Nunes, D. M. S. (2020). Modificação de opinião dos auditores por risco de continuidade operacional no Brasil. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, 12(1).
- PwC (2020). *Coronavírus: Questões atuais relacionadas à apresentação de relatórios financeiros*. Recuperado em 02 setembro, 2023, em https://www.pwc.com.br/pt/estudos/servicos/auditoria/2020/Indepth_corona_20.pdf.
- Rocha, D. (2016). Contagem regressiva para o novo relatório de auditoria. *Revista RI – Relação com Investidores*, 207.

- Rocha, I., Pereira, A. M., Bezerra, F. A., & do Nascimento, S. (2012). Análise da produção científica sobre teoria da agência e assimetria da informação. *REGE-Revista de Gestão*, 19(2), 329-341.
- Santos, C. I. M., Silva, J. F., & Silva, R. M. (2020). *Efeitos da COVID-19 nos trabalhos dos contadores e auditores*. Recuperado em 17 outubro, 2023 em <https://congressosp.fipecafi.org/anais/20UspInternational/ArtigosDownload/2897.pdf>.
- Santos, E. A., Soares, F. S., Santos, L. M. R., & Rosa, C. (2020). Principais assuntos de auditoria destacados no relatório de auditoria independente das empresas listadas na B3. *Desafio Online*, 8(1).
- Santos, K. L., Guerra, R. B., Marques, V. A., & Júnior, E. M. (2020). Os Principais Assuntos de Auditoria Importam? Uma análise de sua associação com o Gerenciamento de Resultados. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 14(1).
- Santos, S. A. D. (2023). *Impacto econômico da pandemia da covid-19 nos custos e despesas das empresas listadas na B3* (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Brasil.
- Securities and Exchange Commission. (2020). *Statement on the Continued Importance of High-Quality Financial Reporting for Investors in Light of COVID-19*. Recuperado em 02 setembro, 2023, em <https://www.sec.gov/news/public-statement/statement-teotiafinancial-reporting-covid-19-2020-04-03>.
- Senhoras, E. M. . (2020). Novo coronavírus e seus impactos econômicos no mundo. *Boletim De Conjuntura (BOCA)*, 1(2), 39–42. Recuperado em 04 dezembro, 2023, em <https://doi.org/10.5281/zenodo.3761708>.
- Silva, C. M., Drumond, F. M. P., Silva, D. M. I., Pereira, V. H., & de Oliveira, C. V. (2016). Identificação dos disclosures do CPC 33 (R1) nas demonstrações de empresas brasileiras do segmento de telefonia listadas na Bm&Fbovespa. *RAGC*, 4(17).
- Terence, A. C. F., & Escrivão Filho, E. (2006). Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais. In *Anais*. Fortaleza, CE: Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. Recuperado em 29 novembro, 2023, em http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006_TR540368_8017.pdf

Venturini, L., Barbetta, A. P., Borba, A. J., & Flach, L. (2023). Determinantes da divulgação dos principais assuntos de auditoria nas companhias não financeiras da B3. *Revista Catarinense Da Ciência Contábil*, 22, e3390. <https://doi.org/10.16930/2237-7662202333901>.